

**RELATÓRIO PARA A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA)  
SOBRE:**

**MESA DE DIÁLOGO NO MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL MPF /  
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA PGR,**

**6ª CÂMARA - POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS –  
MESA DE DIÁLOGO – “DIREITO A TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS DAS  
COMUNIDADES TRADICIONAIS”**

Local: Memorial do MPF, Brasília

Data: 08 de maio de 2019

A Mesa de Diálogo, **“Direito a Território e Políticas Públicas das Comunidades Tradicionais”**, realizada em 08 de maio de 2019, reuniu membros do Ministério Público Federal, representantes de movimentos sociais e lideranças de povos e comunidades tradicionais, indigenistas e antropólogos, representantes da sociedade civil. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foi convidado também para a Mesa de Diálogo, entretanto não enviou representante. A Mesa de Diálogo foi dividida em três painéis entre 09:00 horas e 19:15 horas e foi coordenado pelo Dr. Antônio Carlos Alpino Bigonha, Coordenador da 6ª Câmara – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, e realizado em auditório do Memorial do MPF, com propósito de discutir ações e temas prioritários relacionados a essas populações no território nacional.

Após a abertura às 09:00 horas pelo Dr. Antônio Carlos Bigonha (MPF), Sra. Cláudia Pinho da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), Sr. Antônio Oliveira Santos, Coordenador-geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), houve o primeiro painel do dia das 10:00 horas às 12:30 horas, **“Desafios e Prioridades na regularização dos territórios tradicionais: contextos e casos de Povos e Comunidades em processos de regularização fundiária”**, que se iniciou com uma palestra do professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, (Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Pós - Graduação, Cidadania e Direitos Humanos em Segurança Pública e na Pós Graduação mestrado interdisciplinar em Ciência Humanas na Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia e Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, coordenador dos Projetos “Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências” (UFAM /Fundação Ford) em que o mesmo ressaltou que diante do genocídio que vem ocorrendo nas últimas décadas contra os povos tradicionais, há muitas dificuldades analíticas, de compreensão e limitações teóricas. Com a falta de consulta às comunidades atingidas por grandes projetos como Alcântara, há uma perda de capacidade analítica, sendo necessário consolidar conceitos e diretrizes que permitam uma análise mais objetiva da questão. O professor ressaltou que o número de lideranças mortas no início deste ano aumentou muito, e

que o momento atual se caracteriza por uma ruptura de práticas democráticas, restando apenas uma retórica de essas práticas. A análise do professor Alfredo Wagner focalizou a reprimarização da economia brasileira e a elevação dos preços de commodities, em um país que tem a maior concentração fundiária do mundo.

Em seguida, houve relatos de violações cometidas contra povos tradicionais e discussões relacionadas a assuntos como a extinção de conselhos, de órgãos colegiados e de outras instâncias de participação social, prevista no Decreto 9.759/2019. Também estavam em debate os desafios e as prioridades na regularização dos territórios tradicionais, bem como retrocessos socioambientais verificados nesses territórios.

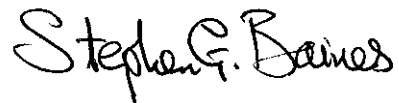
Os debatedores na primeira mesa eram Sr. Raimundo Brandão, representante da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT); Sra. Nilza Francisca Vieira, representando a Comunidade Várzea Grande, um Fundo de Pasto que ressaltou as incertezas enfrentadas por suas comunidades quanto à continuidade dos modos de vida das comunidades na sua região no oeste do estado da Bahia localizada próxima ao limite com o estado de Goiás; Sr. Rubem Taverni, vaqueiro do norte do estado de Mato Grosso representando os Retireiros do Araguaia de Mato Grosso; o procurador Wilson da PRM, Anápolis; o Sr. Antônio Oliveira Santos (INCRA), Célia Regina, representante de uma Reserva Extrativista (RESEX) em Curuçá, Pará; e o antropólogo professor Stephen Grant Baines, do Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB), representando o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), além de outros participantes que apresentaram casos e análises da conjuntura atual. No debate foram ressaltadas as situações de extrema violência sofrida por muitas comunidades tradicionais com invasões de grileiros e ameaças de morte.

Após o debate houve um intervalo para almoço das 12:30 horas às 14:30 horas e o segundo painel, se estendeu das 14:30 horas às 16:00 horas, com o título: **“Retrocessos socioambientais nos Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais: contextos e casos de Povos e Comunidades”**, coordenado pelo Dr. Antônio Carlos Bigonha (Coordenador da 6ª CCR), houve apresentações de Sr. Carlo, de comunidade pomerana no sul do estado de Rio Grande do Sul; Sra. Aila Ximenes do SPU; Sra. Josana Pinto representando pescadores artesanais; Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, do CNPCT do sul da Bahia; Dra. Eliana Torelly da Procuradoria Regional, e após o debate um intervalo para café das 16:00 horas às 16:30 horas.

O terceiro painel que se estendeu das 16:30 horas às 19:00 horas, **“Políticas Públicas e Participação Social: impactos do Decreto 9.759/2019”**, coordenado pelo Dr. Antônio Carlos Bigonha (Coordenador da 6ª CCR), contou com a participação da Sra. Cláudia Pinho, Presidente da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), com debatedores, Dr. Edmundo Dias, procurador do MPF; Sra. Maria do Socorro Teixeira (ONG, Rede Cerrado); Sr. Ezequiel Roque do Espírito Santo (Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); a antropóloga professora Elaine Moreira do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA), Universidade de Brasília

(UnB), representante da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA; e Sr. Denildo Rodrigues de Moraes, o Biko, membro da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Brasília, 11 de maio de 2019

A handwritten signature in black ink that reads "Stephen G. Baines". The signature is written in a cursive, flowing style.

Stephen Grant Baines

Professor Titular do Departamento de Antropologia da UnB;

Pesquisador PQ 1A do CNPq

Membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA;

Membro da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da ABA